



VIOÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL EM CIANORTE-PR: ANÁLISE DE DADOS EPIDEMIOLÓGICOS PARA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PREVENTIVA NAS ESCOLAS

Julia Vitória Castro da Silva¹, Gabriela Costa Alves², Rute Grossi-Milani³

¹Graduanda do curso de Psicologia da Faculdade UMG, Cianorte - PR, Juliasilva2003s@gmail.com.

²Doutoranda em Promoção da Saúde no Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde – PPGPS, Universidade Cesumar – UNICESUMAR, Bolsista da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA), Maringá-PR. psi.gabrielacosta@hotmail.com

³Docente no Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde – PPGPS, Universidade Cesumar – UNICESUMAR, Bolsista Produtividade da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA) e do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICETI), Maringá-PR. rutegrossmilani@gmail.com

RESUMO

O abuso sexual infantojuvenil é um grave problema de saúde pública com profundas consequências para o desenvolvimento das vítimas. No município de Cianorte-PR, resultados parciais de 2024 revelam um cenário alarmante, com um número expressivo de casos envolvendo crianças de 0 a 12 anos e agressores pertencentes, em sua maioria, ao círculo familiar. Diante desta realidade, o presente estudo tem como objetivo apresentar e analisar dados epidemiológicos sobre a ocorrência de violência sexual em Cianorte, a partir de informações da Vigilância Epidemiológica, a fim de desenvolver uma oficina preventiva com foco na prevenção primária em escolas. Trata-se de uma pesquisa-intervenção de abordagem mista (qualitativa-quantitativa), que articula dados de entrevistas com profissionais da rede de proteção e de órgãos oficiais para subsidiar a construção da oficina. A proposta central é traduzir o diagnóstico local em uma ferramenta de prevenção inédita para o município, que visa informar, promover a revelação espontânea e qualificar o acolhimento e o encaminhamento de vítimas, fortalecendo a rede de proteção infantojuvenil.

PALAVRAS-CHAVE: Abuso sexual infantil; Educação em saúde; Oficina escolar.

1 INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes constitui uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos e um persistente problema de saúde pública. Trata-se de um fenômeno complexo, que transcende barreiras sociais, econômicas e culturais, impactando o desenvolvimento físico, emocional e social das vítimas. As consequências incluem sintomas como ansiedade, depressão, estresse pós-traumático, comportamentos autodestrutivos, dificuldades de aprendizagem e comprometimentos afetivo-sexuais (Williams, 2002; Eisenstein, 2009; Romaro & Capitão, 2007; Rovinski & Pelisoli, 2019).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2003), o abuso sexual infantojuvenil refere-se ao envolvimento da criança em atividades sexuais que ela não compreende, não pode consentir ou para as quais não está preparada, sendo geralmente cometido por pessoas em posição de poder. No Brasil, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024) aponta que 61,6% das vítimas têm até 13 anos, sendo a maioria meninas, e que os agressores pertencem, em sua maioria, ao núcleo familiar ou convívio próximo.

Essa realidade está ancorada em uma estrutura histórica de dominação dos corpos femininos, marcada por desigualdades de gênero e pela normalização da violência desde o período colonial (Freyre, 1933; Almeida, 2002). Como destaca Castanha (2008), reconhecer os direitos sexuais como direitos humanos reforça a urgência de estratégias educativas voltadas à proteção da infância. Apesar de campanhas como o “Maio Laranja”, ainda há lacunas na implementação de ações educativas permanentes, sobretudo em municípios do interior. Como a revelação espontânea geralmente ocorre em contextos de



confiança, é essencial capacitar os profissionais da educação para identificar sinais de abuso e acionar a rede de proteção (Jones, 2000; Alaggia, 2004; Paine & Hansen, 2002).

Goodman-Brown et al. (2003) mostram que muitas crianças hesitam em relatar abusos por medo, vergonha ou ameaças, reforçando a importância de uma escuta ética e acolhedora. Habigzang et al. (2006) apontam que a rede de proteção ainda enfrenta desafios, como falhas na comunicação entre os serviços e ausência de protocolos claros, comprometendo a eficácia das medidas protetivas.

Diante desse cenário, a presente pesquisa busca apresentar e analisar dados epidemiológicos sobre o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes em Cianorte-PR, visando subsidiar a elaboração de uma oficina educativa voltada à prevenção primária, à conscientização e ao fortalecimento da escuta qualificada para favorecer a revelação espontânea e os encaminhamentos adequados.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa-intervenção, de abordagem mista (qualitativa-quantitativa) e delineamento exploratório, visa prevenir, identificar e acolher casos de abuso sexual infantojuvenil em escolas de Cianorte-PR. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Cesumar – UNICESUMAR, sob o parecer CAAE: 89328525.5.0000.5539. O desenvolvimento do estudo está estruturado em seis etapas.

A primeira etapa consistiu no aprofundamento teórico sobre a temática, com revisão de artigos científicos, legislações e documentos institucionais, o que resultou na construção da base teórica que fundamenta a oficina educativa. Na segunda etapa, realizou-se o diagnóstico local. Foram solicitados dados quantitativos a órgãos como Delegacia da Mulher, CAPSi, CAPS I e Vigilância Epidemiológica. Concomitantemente, foram realizadas, entre agosto e setembro de 2024, entrevistas semiestruturadas com aproximadamente 12 profissionais da rede de proteção e da educação (psicólogos, diretores escolares e conselheiros tutelares), selecionados por sua atuação direta com o público-alvo.

A terceira etapa consistirá na análise integrada dos dados coletados para estruturar uma oficina educativa adaptada à realidade local, com linguagem e atividades lúdicas adequadas às faixas etárias, baseada nos princípios da educação sexual crítica, dos direitos humanos e da proteção integral. A quarta etapa prevê o levantamento de modelos existentes de relato de denúncia de abuso, a partir dos quais será desenvolvida uma versão adaptada às especificidades das crianças e adolescentes de Cianorte. Na quinta etapa, será produzido um material informativo destinado a pais e responsáveis, com orientações sobre sinais de abuso, canais de denúncia e a rede de proteção, que será entregue no dia da oficina.

Por fim, a sexta etapa envolverá a aplicação-piloto da oficina em uma escola municipal e uma estadual, com acompanhamento da equipe do projeto e profissionais da rede, visando avaliar a eficácia da intervenção e sua viabilidade para futuras aplicações. As escolas foram selecionadas com apoio da Secretaria Municipal de Educação. Essa etapa final visa avaliar a eficácia da intervenção e sua viabilidade para futuras aplicações, contando com o acompanhamento da equipe do projeto e de profissionais da rede.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados parciais da etapa de diagnóstico revelam um cenário preocupante. A Vigilância Epidemiológica de Cianorte disponibilizou dados relativos ao ano de 2024, que apontam para a ocorrência de 75 casos de violência sexual, dos quais 93,3% das vítimas são do sexo feminino e 52% têm entre 0 e 12 anos. Os principais agressores foram pessoas



próximas às vítimas: familiares, amigos e professores, o que reforça a prevalência do abuso sexual intrafamiliar e a necessidade de vigilância nos espaços escolares e domésticos (Rovinski & Pelisoli, 2019; Goodman-Brown et al., 2003; Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2024).

Além disso, 61,3% dos casos ocorreram na residência das vítimas, enquanto 12% aconteceram em ambiente escolar e outros 9,3% em instituições beneficentes, como abrigos e projetos sociais. Esses dados iniciais reforçam o entendimento de que a violência sexual não está restrita a contextos marginais, mas ocorre frequentemente nos espaços que deveriam garantir proteção e segurança.

A seguir, o gráfico 1 ilustra os principais dados consolidados sobre a violência sexual infantojuvenil em Cianorte, reunindo informações organizadas por grupo temático: faixa etária das vítimas, perfil dos agressores, locais de ocorrência e unidades notificadoras.

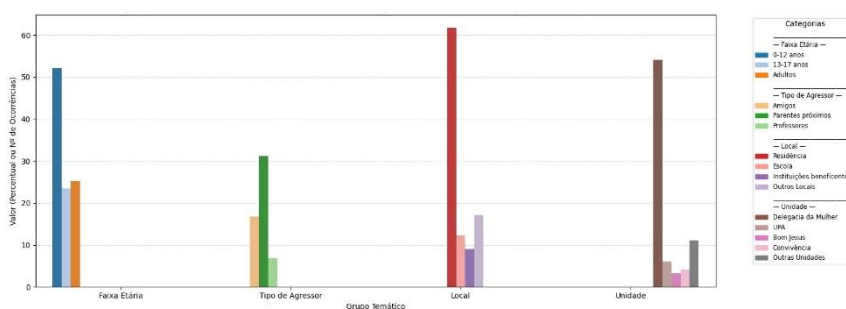


Gráfico 1 – Distribuição percentual dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Cianorte/PR em 2024
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

A ausência de um protocolo formalizado para detecção e encaminhamento de casos nas instituições visitadas foi apontada por alguns profissionais como um obstáculo recorrente, assim como a dificuldade em reconhecer sinais mais sutis de abuso, principalmente entre crianças pequenas. A predominância de vítimas do sexo feminino evidencia os efeitos das desigualdades de gênero enraizadas historicamente no Brasil, como discutido por Freyre (1933) e Almeida (2002), que apontam para a construção social da dominação dos corpos femininos. Esse cenário reforça a necessidade de ações educativas que desconstruam estigmas e empoderem meninas e adolescentes sobre seus direitos sexuais e reprodutivos (Castanha, 2008).

Em relação às notificações, a Delegacia da Mulher foi a principal unidade responsável pelos registros de violência sexual, com 54 notificações. Embora os dados não especifiquem o fluxo institucional da denúncia, é possível que as escolas e o Conselho Tutelar tenham tido papel central no encaminhamento dos casos. Essa hipótese está alinhada à literatura que reconhece a escola como um espaço privilegiado para a identificação de situações de risco, principalmente por meio da revelação espontânea (Jones, 2000; Alaggia, 2004; Paine & Hansen, 2002).

Contudo, a literatura também aponta que a subnotificação continua sendo um desafio persistente, uma vez que muitas vítimas têm medo de denunciar ou não reconhecem a situação como violência, especialmente quando o agressor pertence ao convívio familiar (Goodman-Brown et al., 2003; Alvarez, 1994). Além disso, a falta de preparo da rede de proteção para lidar com as revelações pode agravar o sofrimento das vítimas e comprometer a efetividade da escuta especializada (Habigzang et al., 2006).

Diante desse panorama, os dados epidemiológicos levantados não apenas evidenciam a gravidade do problema no município, como também direcionam o conteúdo, o formato e os públicos-alvo da oficina preventiva proposta neste estudo. A partir da leitura



contextual dos dados, a equipe optou por incluir atividades diferenciadas por faixa etária, estratégias de escuta ativa, informações acessíveis para famílias e orientações diretas aos profissionais da rede. Assim, os dados coletados reforçam a importância de práticas educativas permanentes e interdisciplinares nas escolas, com foco na educação sexual crítica, conforme defendido por Santos e Gagliotto (2017), a qual possibilita o reconhecimento de situações abusivas e contribui para a autonomia corporal e emocional das crianças e adolescentes. A escola, ao se constituir como espaço de vínculo, escuta e proteção, pode desempenhar papel estratégico não apenas na denúncia, mas na transformação das condições que sustentam o silêncio e a impunidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados parciais obtidos confirma a relevância e a urgência da oficina educativa como estratégia para promover a prevenção do abuso sexual e fortalecer a rede de proteção em Cianorte. O ambiente escolar, por ser um espaço de convivência contínua e de formação de vínculos, revela-se especialmente propício à denúncia espontânea de abusos, o que exige dos profissionais um preparo constante para lidar com essas situações de forma ética, cuidadosa e técnica.

Os dados epidemiológicos e as demandas locais, identificados até o momento, foram fundamentais para subsidiar a construção de uma oficina alinhada às necessidades específicas do município, evidenciando a urgência de práticas educativas permanentes. A estrutura da intervenção, a escolha dos temas, as estratégias comunicativas e a produção de materiais para famílias serão diretamente orientadas por esses achados, delineando uma proposta realista, aplicável e sensível à complexidade do fenômeno.

A articulação entre a análise de dados, a futura escuta qualificada dos profissionais da rede e a construção participativa da oficina oferece um modelo de intervenção preventiva que pode ser replicado em outros contextos. Com a continuidade da pesquisa, espera-se implementar a oficina em sua versão piloto e avaliar sua eficácia como ferramenta de escuta, acolhimento e prevenção. A médio e longo prazo, almeja-se que a iniciativa contribua para o fortalecimento institucional da rede de proteção local e para a construção de um ambiente escolar mais seguro, ético e atento às vulnerabilidades da infância.

REFERÊNCIAS

ALAGGIA, R. Many ways of telling: Expanding conceptualizations. **Child Abuse & Neglect**, 28, 1213-1227, 2004.

ALMEIDA, Sandra. **Gênero, identidade, diferença**, 2002. Disponível em: [Gênero, Identidade, Diferença | Aletria: Revista de Estudos de Literatura \(ufmg.br\)](http://www.ufmg.br/aletria).

ALVAREZ, A. **Companhia viva: psicoterapia psicanalítica com crianças autistas, borderline, carentes e maltratadas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. – 1 (2006). São Paulo: FBSP, 2024.

CASTANHA, Neide. **Caderno Temático: Direitos Sexuais são Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.



EISENSTEIN, E. O papel do médico na identificação do abuso sexual de crianças e adolescentes. In: WILLIAMS, L. C. A.; ARAÚJO, E. A. C. (Org.). **Prevenção do abuso sexual infantil: um enfoque interdisciplinar**. Curitiba: Juruá, 2009.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 1. ed. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

GOODMAN-BROWN, T. B.; EDELSTEIN, R. S.; GOODMAN, G. S.; JONES, D. P. H.; GORDON, D. S. Why children tell: A model of children's disclosure of sexual abuse. **Child Abuse & Neglect**, 27(5), 525-540, 2003.

HABIGZANG, L. F.; AZEVEDO, G. A.; KOLLER, S. H.; MACHADO, P. X. Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2006; 19(3): 379-86.

JONES, D. P. H. Disclosure of child sexual abuse [Editorial]. **Child Abuse & Neglect**, 24(2), 269-271, 2000.

PAINÉ, M. L.; HANSEN, D. J. Factors influencing children to self-disclose sexual abuse. **Clinical Psychology Review**, 22, 271-295, 2002.

ROMARO, R. A.; CAPITÃO, C. G. **As faces da violência: aproximações, pesquisas, reflexões**. São Paulo: Vetor, 2007.

ROVINSKI, S.; PELISOLI, C. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: testemunho e avaliação psicológica**. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2019.

SANTOS, J. C.; GAGLIOTTO, G. M. Sexualidade desviante de Maria: um caso de perversão feminina. **Anais do V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**. Salvador: UNEB, 2017.

WILLIAMS, L. C. A. *Abuso sexual infantil*. In: GUILHARDI, H. J.; MADI, M. B. B.; QUEIROZ, P. P.; SCOZ, M. C. (Orgs.), **Sobre comportamento e cognição: contribuições para a construção da teoria do comportamento**. Santo André: ESETec, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Documentos e publicações da Organização Mundial da Saúde**. Geneva, 2003.